

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,
Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com os relatórios dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Apesar do ano de 2017 ter se caracterizado por incertezas e volatilidades acentuadas por crises setoriais, políticas e econômicas, os negócios da Pamplona Alimentos S.A. apresentaram bom desempenho com crescimento de receita, EBITDA e lucro líquido. Tal performance e solidez das suas operações são fruto do modelo de gestão e de governança aplicados, focados na contínua busca do aumento de eficiência e excelência operacional e na melhoria do atendimento ao cliente, que lhes asseguraram a expansão do volume de vendas de produtos processados, com resultados consistentes, reforçando a confiança de um crescimento sustentável ao longo do tempo. Mesmo neste ambiente macroeconômico adverso e desafiador a Companhia investiu R\$ 17 milhões em 2017, (R\$ 21 milhões em 2016). Os investimentos no exercício foram direcionados a(a): a) inovação de processos e produtos, na busca de aumento da produtividade e da eficiência operacional e do crescimento por

meio da atualização e redimensionamento das suas plantas industriais; b) desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos; c) uma unidade de compostagem transformando em composto de qualidade a ser utilizado como fertilizante e reparador de solo a totalidade dos resíduos sólidos gerados no ciclo produtivo; e, d) uma nova casa de carnes "Família Pamplona", em Itajaí-SC, para fortalecimento da marca e divulgação dos produtos processados. Como resultado dos investimentos a Pamplona Alimentos S.A. ampliou a sua participação no segmento de produtos processados, aproveitando o potencial de suas marcas, atingindo, com estes produtos, 41% de sua receita operacional bruta (ROB), (36% em 2016), acrescentando mais agilidade no desenvolvimento de novos produtos e atendendo um conjunto cada vez maior de clientes. Com ações voltadas para o crescimento das vendas e recuperação das margens, a receita operacional líquida (ROL) da Pamplona Alimentos S.A. atingiu R\$ 1.009 milhões (R\$ 928 milhões em 2016), crescimento de 8,7%, apesar das condições enfrentadas pelo setor e da acirrada competição por *market share* entre os maiores *players* do mercado. A redução, ao longo do ano, dos preços das principais commodities (milho e soja), em razão das safras recordes e dos estoques reguladores do país, impactou significativamente nos custos da suinocultura, que aliados a melhor conversão alimentar e aos ganhos de produtividade da indústria, favoreceram pelos altos níveis de produção de produtos processados, garantiriam

menores custos de produção e melhores margens, e permitiram gerar um EBITDA de R\$ 85 milhões (margem de 8,4%), (1,9% em 2016) e lucro líquido de R\$ 37 milhões (margem de 3,6%), (-0,6% em 2016), garantindo um retorno de 12,3% sobre o patrimônio líquido e um grau de alavancagem de 2 vezes (11,5 vezes em 2016). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo decresceu em razão do desempenho financeiro, encerrando o ano com R\$ 174 milhões, (R\$ 201 milhões em 2016). Estamos convictos de que com a estratégia adotada nos últimos anos, identificamos e concretizamos os movimentos necessários para tornar a Pamplona Alimentos S.A. uma organização rentável e sustentável, capaz de unir desempenho, solidez, inovação e ousadia, o que sempre nos estimularam a enxergar além do cotidiano, a trazer e implementar as melhores tendências e tecnologias. A Companhia foi reconhecida pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, que lhe conferiu o prêmio Prof. Dr. Adib Jatene, pela sua participação no desenvolvimento da educação médica em cirurgia cardiovascular, doando órgãos suínos e bovinos, além do necessário apoio logístico. O ano de 2018 para a Pamplona Alimentos S.A. será muito especial. Com muito entusiasmo e orgulho comemoramos no dia 03 de maio 70 anos de atividades, de muitos desafios e conquistas importantes, fruto de muito trabalho, honestidade, dedicação e de fazer tudo bem feito, legado dos nossos saudosos fundadores Lauro e Ana Pamplona. Mesmo com o cenário desafiador esperado

para 2018, a Companhia, alinhada e atenta às tendências dos mercados onde atua, com seus esforços continuará investindo no fortalecimento das suas marcas e em inovação, mantendo níveis adequados de lucratividade que permitam ampliar ainda mais a sua capacidade e eficiência operacional. Informamos que será submetida à deliberação da AGO, prevista para o dia 24 de abril de 2018, proposta de destinação do lucro do exercício de 2017 de R\$ 36,5 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 1,9 milhões; da distribuição de dividendos adicionais de R\$ 2 milhões; da constituição da reserva legal de R\$ 1,8 milhões; e da constituição da reserva de retenção de lucros de R\$ 22 milhões. Relatamos também que foram aprovados na AGE de 21 de novembro de 2017, R\$ 12,6 milhões de juros sobre capital próprio, que foram imputados aos dividendos do exercício de 2017. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, integrados, instituições financeiras, fornecedores e prestadores de serviços pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano, e aos seus 2.702 colaboradores nas diversas áreas de atividade, pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, focados na busca da excelência da qualidade, visando sempre oferecer aos seus clientes produtos práticos e saudáveis.

A Administração
Rio do Sul, 20 de março de 2018
Pamplona 70 anos. O Sabor de uma Tradição

Balancos patrimoniais | Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo Circulante	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.210	24.533	Financiamentos e empréstimos	12	145.322	148.652
Contas a receber de clientes	5	116.388	110.478	Fornecedores		97.207	96.830
Estoques	6	61.111	51.108	Salários, encargos e contribuições sociais		17.281	13.845
Ativos biológicos	7	105.295	97.311	Obrigações tributárias		6.235	6.153
Impostos a recuperar	9	61.212	77.130	Comissões a pagar		2.493	1.968
Outras contas a receber		2.798	2.229	Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	1.500	1.414
Total do ativo circulante		404.014	362.789	Outras contas a pagar		8.150	7.418
Não circulante				Total do passivo circulante		278.188	276.280
Depósitos judiciais	8	8.881	6.340	Não circulante			
Impostos a recuperar	9	26.419	22.846	Financiamentos e empréstimos	12	85.631	76.769
Ativos biológicos	7	14.797	12.206	Provisão para contingências	8	29.913	28.826
Outras contas a receber		2.036	2.842	Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	25.693	21.892
Total do realizável a longo prazo		52.133	44.234	Outras contas a pagar		5.070	4.375
Propriedades para investimentos		3.069	2.229	Total do passivo não circulante		146.307	131.862
Intangível		3.166	3.342	Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	292.655	293.149	Capital social	13.a	155.000	146.000
Total do ativo não circulante		351.023	342.954	Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	75.378	77.247
Total do ativo		755.037	705.743	Dividendos adicionais propostos	14	2.000	-
				Reservas de lucros	13.c	98.164	74.354
				Total do Patrimônio líquido		330.542	297.601
				Total do passivo e patrimônio líquido		755.037	705.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajuste de valor patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		132.700	78.983	6.784	84.118	-	-	302.585
Integralização de capital	13.a	13.300	-	-	-	-	-	13.300
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.630)	-	-	-	2.630	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	894	-	-	-	(894)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(12.900)	-	(12.900)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(5.384)	(5.384)	-
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c (ii)	-	-	(3.648)	-	-	3.648	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		146.000	77.247	6.784	67.570	-	-	297.601
Integralização de capital	13.a	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.832)	-	-	-	2.832	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	963	-	-	-	(963)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(12.600)	-	(12.600)	-
Dividendos adicionais	14	-	-	-	2.000	-	(2.000)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(36.541)	36.541	-
Constituição de reserva legal	13.c (i)	-	-	1.827	-	-	(1.827)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	21.983	-	(21.983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		155.000	75.378	8.611	89.553	2.000	-	330.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1. I CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes e sete granjas de produção de suínos, localizadas no Estado de Santa Catarina, e uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no Estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de quatorze centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, quatro em São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigoríficas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. I BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentaram efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações finan-

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	1.009.272	928.475
Custo dos produtos vendidos	17	(830.251)	(830.484)
Lucro bruto		179.021	97.991
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(95.404)	(81.772)
Administrativas e gerais	17	(14.120)	(13.423)
Outras (despesas) receitas operacionais		(363)	707
Resultado antes do resultado financeiro		69.134	3.503
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	16.421	17.351
Despesas financeiras	18	(37.956)	(37.386)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		47.599	(16.532)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(7.257)	-
Diferido	10	(3.801)	11.148
Resultado do exercício		36.541	(5.384)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.115.057	1.020.152
Outras receitas	2.217	2.529
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(1.284)	(674)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(632.292)	(651.277)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(185.070)	(176.320)
Valor adicionado bruto	298.628	194.410
Depreciação, amortização e exaustão	(15.836)	(13.922)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	282.792	180.488
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.421	17.351
Outras	11	3
Valor adicionado total a distribuir	299.224	197.842
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	82.072	64.911
Benefícios	1.277	1.314
FGTS	7.555	7.248
Tributos		
Federais	53.717	19.636
Estaduais	78.611	71.263
Municipais	170	143
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	37.956	37.385
Aluguéis	1.325	1.326
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	23.941	(18.284)
Juros sobre o capital próprio	12.600	12.900
Valor adicionado atribuído	299.224	197.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ceiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 7** - Ativos biológicos; • **Nota 8** - Depósitos judiciais e provisões para contingências; • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • **Nota 11** - Imobilizado.

3. I PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	36.541	(5.384)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	15.836	13.922
Impostos diferidos	3.801	(11.148)
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado	1.975	3.459
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	1.087	(7.829)
Ajuste de valor justo de investimento	(820)	-
Ajuste de valor justo de ativo biológico	(12.458)	2.165
Juros e variação cambial não realizadas	23.819	13.285
Variações nos ativos e passivos	69.781	8.470

Contas a receber de clientes	(5.910)	(7.662)
Estoques	(10.003)	471
Ativos biológicos	1.883	(11.360)
Impostos a recuperar	12.345	(17.683)
Outras contas a receber	237	37
Depósitos judiciais	(2.541)	(1.221)
Fornecedores	377	7.579
Contas a pagar e comissões	1.952	(850)
Obrigações tributárias	82	(29)
Salários, encargos e contribuições sociais	3.436	(1.031)

Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais

71.639 (23.279)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de ativo imobilizado (16.852) (21.109)

Aquisição de intangível (309) (596)

Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de investimentos

(17.161) (21.705)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Juros pagos por empréstimos (20.897) (13.564)

Empréstimos tomados 216.415 210.093

Pagamentos de empréstimos (213.805) (163.857)

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (3.514) (2.987)

Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos

(21.801) 29.685

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

32.677 (15.299)

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício 24.533 39.832

No fim do exercício 57.210 24.533

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

32.677 (15.299)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 201

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos que possuem liquidez imediata. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, existo o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo. **d. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e armazenados são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço. **e. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobiliza-

do, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **h. Ativos intangíveis:** A Companhia possui **software**, marcas e patentes registradas como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos intangíveis são amortizadas em 10 anos. **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. **l. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de juros e ganho de variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e perdas com variação cambial. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2011. A Companhia não adotou essas alterações nas preparações destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 47/IFRS 15: O CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a adoção da norma não deverá ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 47/IFRS 15 ao período comparativo apresentado. **(ii) CPC 48/IFRS 9:** O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração. **(a) Classificação - Ativos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Companhia considera que os novos requerimentos de classificação não terão impacto relevante na contabilização de contas a receber e empréstimos. **(b) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito. A Companhia entende que o seu modelo atual para avaliação de impairment de ativos financeiros e ativos contratuais é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos. Dessa forma não terá impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018. **(c) Classificação - Passivos Financeiros:** O IAS 39 estabelece que todas as variações de valor justo dos passivos devem ser reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas variações de valor justo são reconhecidas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em outros resultados abrangentes; • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia considera que não terá impacto relevante na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iii) IFRS 16: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não espera adotar de forma antecipada os efeitos dessa nova norma contábil.

4. I CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	131	91
Bancos	2.010	2.334
Numerários em trânsito - US\$	18.208	17.705
Aplicações financeiras	36.861	4.403
Total de caixa e equivalente de caixa	57.210	24.533

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário com rendimentos entre 50% a 101,5% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. I CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2017	2016
No país	87.403	72.998
No exterior	29.454	37.765
	116.857	110.763

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (469) (285)

116.388 110.478

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2017	2016
A vencer	108.145	103.315
Vencidos há 30 dias	7.120	6.230
Vencidos de 31 a 60 dias	1.057	804
Vencidos de 61 a 90 dias	66	130
Vencidos de 91 a 180 dias	253	146
Vencidos a mais de 180 dias	216	138
	116.857	110.763
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(469)	(285)
	116.388	110.478

6. I ESTOQUES

	2017	2016
Produtos acabados	39.338	34.647
Produtos em elaboração	7.840	4.235
Matérias-primas	3.322	2.639
Materiais secundários	5.821	5.130
Mercadorias para revenda	2.032	2.134
Almoxarifado	2.758	2.323
	61.111	51.108

7. I ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2017	2016
Plantel de suínos vivos	88.155	90.382
Plantel de bovinos vivos	471	131
Florestas	35	31
Ajuste de valor justo de ativo biológico	31.431	18.973
	120.092	109.517
Ativo circulante	105.295	97.311
Ativo não circulante	14.797	12.206

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou como base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. O aumento do ativo biológico deve-se pelo aumento do peso médio do plantel no campo e pelo aumento do número de matrizes e reprodutores. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e as reservas de florestas.

8. I DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias	8.481	5.979	23.586	21.473
Cíveis	-	-	-	1.299
Trabalhistas	400	361	6.327	6.054
Total	8.881	6.340	29.913	28.826

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2017 e de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.299	20.338	3.018	36.655
Adições	361	1.340	17	1.718
Baixas	(7.606)	(205)	(1.736)	(9.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.054	21.473	1.299	28.826
Adições	314	2.269	-	2.583
Baixas	(41)	(156)	(1.299)	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.327	23.586	-	29.913

Trabalhistas: As provisões trabalhistas são constituídas com base nos processos de reclamatórias trabalhistas provenientes de processos judiciais e/ou administrativos. **Tributárias:** Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Cíveis:** A redução das contingências cíveis em 2017 é decorrente do efetivo êxito das ações nas esferas judiciais. **Contingências possíveis:** A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 79.206 (R\$ 62.609 em 2016), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. I IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
ICMS	34.194	44.767
COFINS a recuperar	19.185	23.139
PIS a recuperar	4.991	5.821
IPI a recuperar	73	73
Antecipações de IRPJ	20.092	18.162
Antecipações de CSLL	9.096	8.014
	87.631	99.976
Circulante	61.212	77.130
Não circulante	26.419	22.846

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve redução significativa destes saldos credores em 2017 em função de utilização destes saldos para compensar com débitos gerados com as vendas do mercado interno, principalmente de produtos industrializados. Além disso, parte destes créditos foram usados para compra de matéria-prima através de processos de transferências a fornecedores ou ainda transferidos a terceiros. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de industrializados e pela continuidade de transferências de créditos de ICMS a terceiros. **PIS e COFINS a recuperar:** O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação. Houve redução destes saldos credores em função do aumento de produção e venda de produtos industrializados e pela compensação com outros tributos federais como o IRPJ, CSLL e retenções. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de compensação com outros tributos federais. **Antecipações de IRPJ e CSLL:** O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. Os valores de impostos a recuperar, cujas as expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. I IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	159	97
Provisão para contingências	9.762	9.393
Provisão impostos indiretos a estornar	3.858	2.627
Provisão para comissões	591	477
Provisão variação cambial passiva	457	442
Prejuízos fiscais do imposto de renda	8.163	10.438
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	3.531	4.350
Provisão para participação do resultado	852	-
Outras diferenças temporárias	4.013	2.820
	31.386	30.644

	2017	2016
Passivo		
Custo atribuído	(38.831)	(39.794)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos suínos	(10.686)	(6.452)
Ajuste a valor justo de investimentos	(279)	-
Provisão variação cambial ativa	(183)	(118)
Provisão sobre reavaliação	(2.255)	(2.404)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(3.437)	(2.313)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.168)	(1.210)
Outras diferenças temporárias	(240)	(245)
	(57.079)	(52.536)

Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos (25.693) (21.892)

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2017 são:

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:	2017	2016
Resultado antes dos impostos	47.599	(16.532)
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(16.184)	5.621
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(156)	(139)
Receitas não tributáveis	998	1.280
Juros sobre o capital próprio	4.284	4.386
Imposto de renda e contribuição social	(11.016)	11.148
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.257)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.801)	11.148
Alíquota efetiva	(11.058)	11.148
	23%	67%

11. IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação:

	Terrenos		Máquinas e Móveis		Instalações	Veículos	Equipamentos de processamento	Outros ativos adiantados	Imobilizado em andamento	Total
	Edificações	cações	cações	mentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	111.174	99.653	2.861	19.649	953	4.646	462	31.373	364.435
Adições	-	891	10.229	193	801	249	260	121	8.365	21.109
Transferência	-	6.205	17.736	5	5.672	1	18	9	(29.646)	-
Baixas	-	(4)	(1.616)	(127)	(42)	(248)	(114)	(14)	(3.036)	(5.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	93.664	118.266	126.002	2.932	26.080	955	4.810	578	7.056	380.343
Adições	532	302	4.390	220	433	105	313	21	10.536	16.852
Transferência	-	5.032	2.331	129	1.694	-	-	-	(9.186)	-
Baixas	-	(700)	(4.553)	(206)	(1.610)	(287)	(582)	(72)	(844)	(8.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.196	122.900	128.170	3.075	26.597	773	4.541	527	7.562	388.341
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	27.651	33.485	1.939	8.663	366	3.024	260	-	75.388
Depreciação do exercício	-	4.086	7.515	203	1.064	103	507	70	-	13.548
Baixa	-	(1)	(1.334)	(121)	(36)	(132)	(109)	(9)	-	(1.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	31.736	39.666	2.021	9.691	337	3.422	321	-	87.194
Depreciação do exercício	-	4.634	8.422	160	1.383	195	493	75	-	15.362
Baixa	-	(700)	(3.548)	(190)	(1.605)	(187)	(577)	(63)	-	(6.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	35.670	44.540	1.991	9.469	345	3.338	333	-	95.686
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	83.523	66.168	922	10.986	587	1.622	202	31.373	289.047
Saldos em 31 de dezembro de 2016	93.664	86.530	86.336	911	16.389	618	1.388	257	7.056	293.149
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.196	87.230	83.630	1.084	17.128	428	1.203	194	7.562	292.655
		3,3% a	2,5% a	3,3% a						
Taxa de depreciação		4%	20%	10%	10%	20%	20%	20%		

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade. c. Ativos fixos dados em garantias de financiamentos: Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía o montante de R\$ 165.009 (R\$ 157.613 em 2016) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2017	2016
Capital de giro	18,50% a.a.	2017	R\$	-	463
	8,50% a 10,25% a.a.	2020	R\$	94.108	51.361
	11,25% a.a.	2017	R\$	-	9.815
	15,46% a.a.	2017	R\$	-	7.302
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	13.512	14.131
	100% CDI + 0,25% a 0,40% a.m.	2022	R\$	42.252	27.076
	3,93% a 5,00% a.a. + variação cambial	2018	US\$	30.276	55.003
Investimentos					
BNDES	3,48% a 5,00% a.a. + TJLP	2026	R\$	8.451	9.532
	7,50% a.a. + TJLP	2024	R\$	-	2.207
	8,16% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	6.078	6.932
	8,70% a.a.	2022	R\$	568	701
	2,50% a 9,50% a.a.	2024	R\$	33.196	39.664
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	761	796
FINEP	9,00% a.a.	2027	R\$	1.572	-
Arrendamento mercantil	1,21% a.m.	2018	R\$	179	438
				230.953	225.421
				145.322	148.652
				85.631	76.769

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2019	24.460
2020	22.791
2021	14.408
2022	11.742
2023	8.778
2024 - 2027	3.452
	85.631

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 12.259 que possuem cláusulas restritivas "debt covenants" que incluem a manutenção de determinados índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 está representado por 324.058 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 21 de novembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 9.000 com aumento de 9.150 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante a capitalização de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas, que foram imputados aos dividendos obrigatórios, e, o capital social passou de R\$ 146.000 para R\$ 155.000. b. Ajuste de ava-

liação patrimonial: Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2017 houve uma realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.832 com a realização dos impostos de renda e contribuição social no valor R\$ 963 sendo R\$ 1.869 o valor líquido de realização, remanescendo um saldo de R\$ 75.378 (R\$ 77.247 em 2016). c. Reservas de lucros: (i) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2017, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 1.827. (ii) Reserva de retenção de lucros: Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2017, o montante constituído da reserva de retenção de lucros de R\$ 21.983 destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2018 e reforço do capital de giro.

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2017 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com

base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 12.600 (R\$ 12.900 em 2016), que foram integralmente imputados aos dividendos, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 21 de novembro de 2017. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. Do total de R\$ 12.600 de dividendos aprovados na AGE em 21 de novembro de 2017: (a) R\$ 1.890 foi retido como IRRF; (b) R\$ 9.000 foram capitalizados (nota explicativa 13.a); (c) R\$ 210 e o saldo remanescente de R\$ 1.414 de juros sobre o capital próprio de 2016, totalizando R\$ 1.624 foram pagos aos acionistas em 30 de novembro de 2017; (d) R\$ 1.500 (R\$ 1.414 em 2016) remanescentes na conta corrente dos acionistas para pagamento em passivo circulante, líquidos dos efeitos fiscais. Foram propostos pelo conselho de administração dividendos adicionais de R\$ 2.000. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.284 (R\$ 4.386 em 2016) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. (i) Contas a receber de clientes e outros créditos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. (ii) Investimentos: A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	57.210	24.533
Contas a receber de clientes	116.388	110.478
Total	173.598	135.011
(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. c. Risco cambial: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a exposição cambial estava assim representada:		
	2017	2016
	Moeda estrangeira (US\$)	Moeda estrangeira (US\$)
	R\$	R\$
Ativo		
Numerários em trânsito	5.504	18.208
Contas a receber	8.904	29.454
Passivo		
Empréstimos	(9.152)	(30.276)
Contas a pagar	(315)	(1.043)
Adiantamentos de clientes	(58)	(190)
Exposição líquida	4.883	16.153

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. e. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria. f. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e bus-

car eficácia de custos. g. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. h. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	36.861	36.861	4.403	4.403
Numerários em trânsito	18.208	18.208	17.705	17.705

Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	116.388	116.388	110.478	110.478
Empréstimos e financiamentos	230.953	230.953	225.421	225.421
Fornecedores	97.207	97.207	96.830	96.830

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflète a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	717.803	616.457
Venda de produtos mercado externo	420.687	421.796
Venda de mercadorias	1.439	1.600
	1.139.929	1.039.853

Deduções		
Impostos sobre as vendas	(105.785)	(91.676)
Devoluções e abatimentos	(18.927)	(15.090)
Ajuste a valor presente	(5.945)	(4.612)
Receita operacional líquida	1.009.272	928.475

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	2017	2016
Custos e despesas de vendas e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	644.071	662.072
Despesas com pessoal	82.072	64.911
Depreciações e amortizações	15.836	13.922
FGTS	7.555	7.248
Benefícios a empregados	1.277	1.314
Despesas com energia elétrica	15.805	15.951
Outras receitas e despesas	173.159	160.261
Total	939.775	925.679
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	830.251	830.484
Vendas	95.404	81.772
Administrativas e gerais	14.120	13.423
	939.775	925.679

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros ativos	9.747	8.338
Variações cambiais ativas	6.411	8.790
Outros	263	223
	16.421	17.351
Despesas financeiras		
Juros passivos	(30.140)	(23.574)
Variações cambiais passivas	(6.520)	(12.738)
Outros	(1.296)	(1.074)
	(37.956)	(37.386)
Resultado financeiro líquido	(21.535)	(20.035)

